

NARRATIVAS DE MULHERES CAMPONESAS NO ARAGUAIA: ACONTECIMENTO E MEMÓRIA*

Luiza Helena Oliveira da Silva**
Naiane Vieira dos Reis***

Resumo: O artigo analisa narrativas de e sobre mulheres camponesas, no contexto da Guerrilha do Araguaia (1972-1975). Discute a invisibilização desses atores sociais, ignorando seu papel atorial de protagonistas tanto nas produções da literatura, quanto na historiografia e, mesmo, no jornalismo investigativo. Mobilizando categorias da sintaxe narrativa e da semiótica tensiva, são priorizadas na análise relatos de 40 camponesas sobre a repressão empreendida pelos militares na região. Ainda que se definam como adjuvantes dos companheiros, são elas fundamentais nos processos de resistência, mesmo em condições de extrema privação.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; narrativas de mulheres; acontecimento e memória; semiótica discursiva.

NARRATIVES OF PEASANT WOMEN IN THE ARAGUAIA: EVENT AND MEMORY

Abstract: This paper analyses narratives of and about the peasant women, in the context of the Guerilla of Araguaia (1972-1975). It discusses the invisibilization of these social actors, ignoring their actorial role of

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada em 22 abr. 21, na mesa-redonda intitulada *Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) e os reflexos na região do Bico do Papagaio*. O evento encontra-se disponível online: <https://www.youtube.com/watch?v=lzVyPG89Fec>.

** Docente da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). E-mail: luiza.to@uft.edu.br.

*** Docente do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). E-mail: naianeveira@uft.edu.br.

protagonists as much in the productions of literature, as in the historiography and, even, in the investigative journalism. We prioritized in the analysis 40 report of the peasant women about the repression undertaken by the military in the area, mobilizing categories of the narrative syntax and tensive semiotics. Despite they define themselves as adjuvant of their partners, these women are essential in the resistances' process, even at extreme deprivation conditions.

Keywords: Guerilla of Araguaia; narratives of women; event and memory; discursive semiotics.

Introdução

A guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como vício nefando.
Jacob Gorender, "Combate nas trevas".

Diante de muitas possibilidades de tematizar os reflexos da ação militar no contexto da Guerrilha do Araguaia, selecionamos para este trabalho narrativas de mulheres e também sobre mulheres. Levamos em conta a urgência de que sejam consideradas outras vozes, produzidas por outros atores sociais, alargando e complexificando a compreensão de acontecimentos históricos. Não é por acaso que se confirma um apagamento a respeito do papel das mulheres na história, ainda mais quando a isso se alia seu pertencimento a uma classe social, a dos trabalhadores. Se houve todo um esforço por silenciar o massacre perpetuado por forças militares no Araguaia, como denuncia Gorender (2014), uma prática historiográfica correu para ignorar outros sujeitos, outros atores sociais, o mesmo se confirmando pela literatura de maior alcance nacional dedicada ao tema. Quem, afinal, vai considerar que mulheres possam ter tido um papel crucial na ocupação das terras no Norte, que seu fazer possa ter determinado a resistência possível num cenário de violência constituído fundamentalmente pela ausência ou anuência do Estado?

Tomamos como ponto de partida duas perspectivas. Uma primeira é a que diz respeito às mulheres militantes do PCdoB na Guerrilha do Araguaia; uma segunda é relativa a não militantes, mulheres camponesas, mas que sofreram as consequências da violência militar na região. Ressaltamos que essa violência e as arbitrariedades não se encerram com o fim da ditadura em 1985 e, em grande parte, determinam os destinos de camponeses e camponesas no Araguaia. Conforme denuncia Mechi, que se vale também da fala dos trabalhadores do campo,

Os depoimentos dos camponeses estão repletos de relatos sobre a prática sistemática de torturas, a destruição dos seus meios de subsistência, além do fortalecimento do latifúndio na região. Mesmo após serem exterminados os militantes do PCdoB, o terror foi praticado como maneira de desencorajar quaisquer comentários sobre a guerrilha, assim como o de intimidar o surgimento e a manifestação de movimentos de luta pela terra. (MECHI, 2015, p. 84)

Com baixo nível de escolaridade que os qualificasse como autores de registros históricos ou literários, sem considerar que suas memórias fossem dignas de registro, como aponta a tese de Coutinho da Silva (2008), sofrendo ameaças e intimidações, como as relatadas por Mechi, impõe-se à memória a dimensão do segredo, resultante da articulação das modalidades do ser e o não-parecer (BARROS, 1994, p. 45). Assim, o que é não pode parecer que é, uma vez que não pode ser enunciado, a não ser entre sussurros e/ou por aqueles que não têm o poder de se fazerem ouvir. Conforme defende Gorender (2014), esse silenciamento resultou de uma política de Estado, advinda de determinação do governo Médici, que visava evitar a produção de efeitos judiciais e repercussões públicas. Assim,

A acusação judicial contra José Genoíno não incluiu qualquer referência a sua participação na guerrilha. Todos os guerrilheiros mortos em combate ou assassinados após

a captura sumiram em sepulcros ignorados. Até hoje as campanhas do Araguaia nunca tiveram menção explícita em documentos oficiais. As Forças Armadas jamais divulgaram dados sobre sua atuação no episódio. Em consequência, foi como se a guerrilha não existisse para o povo brasileiro. (GORENDER, 2014, p. 241)

São, portanto, muitas as forças que atuam para a permanência do silêncio, o que garante a perpetuação de uma ordem social na região, naturalizando o estado de coisas da violência. Gorender (2014), aliás, não faz menção aos efeitos sobre a população camponesa e comunidades indígenas, estas merecendo ainda um grande esforço de pesquisa.

Como pesquisadoras da área de Letras, temos nos dedicado mais precisamente ao trabalho em torno da literatura produzida sobre a ditadura (SILVA, 2020), mas lançamos agora os olhos na direção de outros documentos, ainda num esboço de interpretação. Em nosso trabalho até aqui, observamos como a literatura de autores do Norte, com raras exceções¹, praticamente ignorou em sua produção as ações da ditadura na região, principalmente considerando o que representou a Guerrilha do Araguaia no contexto das lutas democráticas no país e os efeitos sobre a vida da população local. Na mesma direção, a produção de autores de outros centros – talvez dado o distanciamento geográfico e afastamento temporal, ou ainda o modo de comprometimento com os sujeitos e acontecimentos implicados – não nos parece ter favorecido uma tradução literária com a potência ao menos por nós esperada (SILVA, 2021). Visamos, assim, provocar outros movimentos em direção ao Norte, no campo da disputa pelos sentidos da memória.

De natureza interdisciplinar, o trabalho se faz no diálogo com a produção historiográfica (MECHI, 2015; GORENDER, 2014), os

¹ Uma das exceções é o livro de contos *Crônicas do Araguaia*, de Janailson Macêdo Luiz (Cf. SANTOS *et al.*, 2020).

estudos feministas (SCHMIDT, 2017; 2019; COLIN, 2002; PERROT, 2017; 2005) e do jornalismo investigativo (REINA, 2019; AMORIN, 2014; NOSSA, 2012; MORAIS; SILVA, 2005), que são também lidos a partir da mobilização de categorias advindas da semiótica discursiva. Mais precisamente, neste primeiro movimento de análise de documentos do *corpus* mobilizado, lançamos mão da sintaxe e semântica narrativas (GREIMAS; COURTÉS, 2008) e da noção de acontecimento trazida pela semiótica tensiva (ZILBERBERG, 2011).

Mulheres

A memória e a narrativa sobre mulheres e a partir das mulheres tanto não figuram como interesse privilegiado nas investigações e nos registros oficiais quanto, tendo em vista uma desvalorização social do ser e do fazer feminino, não se apresentam como prioridade de arquivamento para esse grupo social. Ao voltar-se para a história das mulheres que foram companheiras de importantes autores da literatura nacional, Golin (2002) salienta o papel adjuvante das esposas no registro memorialístico, as quais desempenham, frequentemente, a função de arquivar artefatos de memória dos homens da família, sem quase nunca darem importância e valor ao registro de sua própria vida. O papel secundário nesses arquivos repercute no apagamento dessas mulheres na própria memória coletiva e, em certa medida, no modo como a historiografia marginaliza ou pouco privilegia esse grupo na construção das narrativas.

No âmbito da região Norte, Coutinho da Silva (2006) investiga o protagonismo das mulheres no processo de colonização e ocupação da Amazônia, a partir da construção da rodovia Transamazônica, com enfoque no estado do Pará, no contexto dos empreendimentos desenvolvimentistas impulsionados pelo governo federal também na década de 1970. Conforme mostra a autora (COUTINHO DA SILVA,

2006), as trabalhadoras que migraram para a região não registraram suas vivências, sobretudo, por dois fatores: o analfabetismo, que impossibilitou o registro escrito sobre os acontecimentos e a impressões subjetivas das pessoas, espaços etc.; e a intensa demanda por serviços de produção e reprodução social, sem que viabilizasse tempo ou condições de exercício da escrita para aquelas dotadas por tais habilidades. Como efeito, frequentemente apenas os homens são situados na centralidade desses processos de significativas transformações sociais, o que revela um olhar parcial sobre os acontecimentos em determinados contextos sociais e históricos.

Narrar apenas os feitos dos homens, ao contrário do que parece apontar uma história oficial, não traduz ou significa registrar as ações e transformações empreendidas por todo o grupo social. Conforme destaca Schmidt (2017), as escritas e escrituras de mulheres foram sistematicamente retiradas do âmbito de uma literatura considerada nacional, seja por meio de ações de apagamento e não reconhecimento da autoria feminina, seja através da desqualificação de tudo o que representa o campo de interesse e atuação desse segmento social. Não caberia, nesse sentido, o enfoque sobre a reprodução social e da vida, a educação básica, a vida comunitária, entre outros fatores que são sobremaneira atrelados à participação feminina. A autora também destaca que a vida e a escrita de mulheres começam a ser alvo de registro e interesse de investigação a partir da inserção das próprias mulheres no espaço escolar, acadêmico e literário (SCHMIDT, 2019).

Ao serem convocadas, as mulheres deveriam ser capazes de fornecer relatos e artefatos constitutivos da vida do outro, sem serem consultadas em relação ao seu próprio existir e transformar. A partir da problematização do campo da História no que diz respeito às mulheres, Perrot (2017, p. 198) mostra que o apagamento e o silêncio têm a ver principalmente com o valor social atribuído aos espaços ocupados pelo masculino (público e político) e feminino (privado e

doméstico), sendo apenas o primeiro dotado de legitimidade para narrar: “Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes”. A historiadora (PERROT, 2005) reitera o apagamento da participação social e política feminina como efeito da percepção sobre as mulheres e seus feitos:

É o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente. Escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades. (PERROT, 2005, p. 14)

Participantes ativas como agentes sociais, educacionais, no campo da produção e reprodução social na região Norte, a vontade de saber sobre as mulheres traduz também o interesse de compreender como as relações políticas foram construídas e desenvolvidas nesses espaços. Para além dos sussurros, recorrentemente ignorados, sendo também representantes da marginalização da narrativa das mulheres (KAMENSZAIN, 2015), já que estas não foram ouvidas, os relatos das camponesas revelam suas inscrições no campo político, da resistência e da produção econômica.

Falando de mulheres

Principiamos nossa reflexão com o trecho de uma entrevista que, como pesquisadoras do GESTO², realizamos com José Genoíno, em 2020. Um dos poucos sobreviventes ao massacre dos militantes do

² Grupo de Estudos do Sentido – Tocantins.

PCdoB na região, o ex-deputado federal sofreria as agruras da prisão e da tortura (1972-1977). Conforme então confidencia a pesquisadores do GESTO, rememorar aqueles anos de enfrentamento da ditadura não é algo de que se escape emocionalmente indiferente, na medida em que, mesmo já a distância da intensidade do acontecimento, a memória tem seu teor afetante, atualizando o sofrimento, presentificando-o. Narrar, porém, é uma opção política, necessária como arma à luta contra o silenciamento e o negacionismo, que interessam, sobretudo, aos que querem de novo enfraquecer a democracia e elegendem como heróis golpistas e torturadores. Além disso, há muitos mortos de militantes do PCdoB cujos corpos continuam desaparecidos, como também o são de muitos camponeses que desapareceram, com destino incerto sobre o que lhes ocorreu depois de levados pelos militares.

Numa das passagens da conversa com Genoíno, ele ressalta a determinação das jovens militantes, num momento em que o feminismo não necessariamente era pauta privilegiada pelos movimentos de esquerda no país:

Por outro lado, uma coisa que marcou muito as companheiras de lá, a Dina, a Suely, a Helenira, é que a gente tinha uma relação de igualdade, viu, Luiza, com as companheiras. Todo mundo fazia tudo. E elas diziam: “Olha, eu vou fazer isso não é porque eu sou mulher. Eu vou fazer isso, mas é porque eu atiro melhor do que vocês. Eu vou fazer isso porque eu comando melhor! Eu vou fazer isso porque eu tenho mais condições do que vocês, não é porque vocês vão fazer uma concessão porque eu sou mulher! É porque eu sou melhor para fazer tal coisa. Eu vou comandar esse exercício porque eu sou melhor, eu vou nadar porque eu sou melhor”, nesse sentido da afirmação. Então, eram companheiras, assim, muito determinadas. (FIGUEIREDO *et al.*, 2020, p. 279)

Em seu relato polifônico, ecoam as vozes de Dina³, Helenira⁴, Suely⁵, que não podem mais falar, mas que, naqueles tristes anos 70, ousaram dizer, fazer, impor-se, não apenas contra a ditadura, mas, também, contra o discurso da fragilidade que ainda hoje se quer atribuir ao feminino, constringendo mulheres ao papel de “belas, recatadas e do lar”, adjuvantes invisibilizadas, impotentes e preferencialmente ignorantes. Nadar melhor, comandar melhor, atirar melhor explicitava a consciência de uma competência que não é natural, mas resulta de um saber e um poder que foram adquiridos ao longo da vida e na militância. Elas foram, porém, como ocorreu com seus companheiros de luta, vitimadas, literalmente abatidas, numa relação de forças assimétricas que visou a exterminar no interior do Brasil qualquer ameaça aos desmandos ditatoriais. Ressaltamos ainda que, a respeito dessas mulheres, se encontram registros de sua atuação, ainda que nos faltem informações sobre o local onde seus corpos foram, por fim, sepultados e, mesmo, indicações precisas a respeito de quando e como foram assassinadas. De todo modo, suas façanhas e coragem fazem com que ainda hoje se presentifiquem nas narrativas da memória, em alguns casos com o status de mitos.

Partimos, então, para uma outra perspectiva ainda pouco explorada, relativa a mulheres na região, não diretamente implicadas como antagonistas à repressão, mas que precisaram encontrar estratégias para o enfrentamento das forças que então se legitimaram com anuência do Estado. Quase sempre migrantes de Nordeste, tendo chegado ao Tocantins ou Pará na chamada “frente de expansão” (MARTINS, 2009), tinham e ainda têm o status de donas-de-casa, trabalhadoras da terra, tal como as figurativiza Coutinho da Silva ao tratar da ação política das mulheres no entorno da Transamazônica:

³ Dinalva Oliveira Teixeira (1945 - ?).

⁴ Helenira Resende de Sousa Nazareth (1944 - ?).

⁵ Suely Yumiki Kanayama.

O cotidiano dessas mulheres se desenrolava no interior das matas, embaixo de barracos cobertos de palhas, roçando, capinando, colhendo, lavando roupas nos igarapés, carregando pesadas bacias na cabeça com roupas ou alimentação que levavam para a roça, andando quilômetros a pé, em busca de assistência médica para os filhos e para elas mesmas. (COUTINHO DA SILVA, 2008, p. 24)

No livro *Mata: o major Curió e as guerrilhas do Araguaia*, de Leonêncio Nossa, um dos principais temas é a tensão permanente na região em torno da luta pela posse da terra. Destacamos, nesse sentido, que o jornalista registra ali o protagonismo das mulheres nesse processo, ao narrar a construção do lugar que atenderia pela denominação Curionópolis.

Na historiografia, ressalta-se a figura proeminente de um dos principais combatentes militares na caça aos comunistas no governo Médici, Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió. Curió, posteriormente, seria agraciado com plenos poderes, gozando de proteção e prestígio por parte do governo federal, num contínuo exercício de intimidação aos moradores de localidades economicamente estratégicas no Pará. Por sua ação, perpetuam-se ali arbitrariedades nascidas do período ditatorial, em princípio posto abaixo em 1985. Relata Nossa:

Em 2000 e 2004, Curió venceu as eleições para prefeito da cidade batizada em sua homenagem. Curionópolis virou o último quinhão comandado por um homem da ditadura militar. Ele dirigiu a prefeitura com mão de ferro, como se tentasse prolongar num pequeno território um regime que não existia mais no Brasil, um regime que era mais um capítulo de uma guerra travada, desde a independência, em 1822, pelo controle das armas no país. (NOSSA, 2012, p. 12)

Nossa traz dois momentos preciosos para a compreensão a respeito da ação das mulheres nesse território em disputa. Na pri-

meira, remete às razões pelas quais se dá a nomeação do lugar, a 50 quilômetros da Companhia Vale do Rio Doce, na serra dos Carajás. O povoado se origina com Sebastiana Claudino, que tinha um cabaré em Marabá e se instala, mediante grande esforço para domar a mata, a primeira e precária edificação. Ali se reúnem outras mulheres expulsas de Serra Pelada por Curió, em 1980. Curió chega à localidade com ordem de despejo, disposto a destruir as barracas, mas é recebido com grande animação pelas moradoras e crianças que gritam seu nome e anunciam a decisão de batizar o lugar como homenagem à sua figura. Assim nasce Curionópolis, resultado de uma estratégia das mulheres de negociação com o poder, modo de fazer sucumbir pelo pecado da vaidade o desejo de expulsá-las da terra. A origem toponímica serve, ainda, para explicitar que narrativas e sujeitos saíram vitoriosos nos anos de chumbo.

A outra passagem trazida por Nossa (2012) é a que trata da chegada à mesma localidade das esposas dos garimpeiros, cansadas de esperar pelos maridos que saíram de casa em busca de fortuna. No encontro entre esposas e prostitutas, parceiras que apresentam distinto status do ponto de vista do reconhecimento da legitimidade conjugal, antecipava-se um confronto, uma tensão, que, contudo, não se deu. Diante dos desafios por se estabelecerem na localidade bastante inóspita nos anos 80, edificou-se uma espécie de proximidade respeitosa e mesmo solidária.

Ao contrário do que se imaginava, essas mulheres ergueram barracos afastados da zona das raparigas, na altura do quilômetro 30 – os cabarés estavam na parte alta, no 31 – e passaram a ter uma relação pacífica com as damas. As casadas ajudavam as mulheres dos “fórrós” a dar à luz os primeiros curionopolenses. (NOSSA, 2012, p. 11)

Ainda há muito por compreender, mediante escuta atenta dessas mulheres do Norte, sobre seu papel na história da região,

seu protagonismo, suas estratégias de enfrentamento e resistência, sua coragem em assumir a liderança quando esposos, irmãos, pais ou filhos são assassinados pelos que ainda arbitram sobre a posse da terra. No romance *Em despropósito (mixórdia)* (2013), o escritor paraense Abílio Pacheco acentua a continuidade entre dois acontecimentos que tiveram o Pará como lócus: a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e o Massacre de Eldorado de Carajás (1996). A partir da narrativa de Mário e Irma, que tardiamente descobrem serem irmãos e, portanto, estarem vivendo incestuosamente, desnuda-se a figura do pai, esturpador, assassino, submetendo homens e mulheres à sua violência, atuando como personagem central nos dois episódios de massacre no Pará. Como pensamos defender Pacheco, a violência é estrutural, estando na base da constituição do estado.

Concentramo-nos agora numa segunda direção: a que leva em conta relatos de mulheres camponesas, residentes na região da guerrilha, nos anos 70.

Quando falam as mulheres

Os relatos foram gerados pelo trabalho da advogada Irene Gomes⁶, que há dezessete anos busca fundamentar processos para indenização por parte do governo federal para vítimas de abuso de poder dos militares na região. Ao gerar os dados junto aos vitimados, Gomes buscava considerar principalmente dois aspectos: a violência a que foram submetidos e os prejuízos econômicos causados pela perda da terra, da casa, das plantações, das criações, muitos deles sendo expulsos de suas terras ou mudando-se para outra localidade por medo de novas investidas dos militares, o que os levou da condição inicial de proprietários a de empregados, sem jamais recuperarem o

⁶ Pesquisadora que integra o GESTO.

estágio em que se encontravam, tanto do ponto de vista econômico, quanto emocional.

Recortamos desse grande *corpus* apenas as narrativas de mulheres, buscando a compreensão sobre os acontecimentos sob uma perspectiva ainda pouco explorada. Assim, das centenas de depoimentos gravados e transcritos, foram selecionados 40, relativos ao testemunho dessas camponesas.

Ressaltamos que o viés que organizou a geração de dados não favoreceu que fossem compreendidas mais de perto as ações propriamente assumidas pelas mulheres, colocando-se então como destinatários improváveis de uma sanção cuja orientação inicialmente lhes escapava à compreensão. Relatam os efeitos de muitas perdas, como a de pais, esposos, filhos, irmãos, assassinados pelos militares. Há ainda as narrativas envolvendo sobreviventes que retornaram para suas famílias alquebrados, silentes, envergonhados pela humilhação e pela tortura, incapacitados para o trabalho na terra do ponto de vista das sequelas físicas ou emocionais. Isso ganha destaque porque, nas dinâmicas do trabalho com a terra, as esposas e filhas demandavam a força masculina para sua sobrevivência, e não podiam continuar sem o apoio dos companheiros, ao mesmo tempo em que não se sentiam seguras o suficiente para labutar em suas terras depois das ações militares, sendo em alguns casos literalmente expulsos e ameaçados.

É o que se repete, relato após relato, na absoluta regularidade de imposição de um regime de privação, na medida em que militares conferem aos camponeses o mesmo tratamento dado aos militantes do PCdoB, atribuindo-lhes o estatuto de “terroristas”. São, assim, todos sancionados negativamente, seja pela privação de sua terra e de seus bens, pela privação da liberdade, pela tortura e pela morte. Tais ações de punição seriam justificadas por uma performance que lhes é atribuída pelo supremo destinador: as forças militares às voltas com a aniquilação do que seria um foco guerrilheiro. Misturando-se

à população, ao povo da mata, numa estratégia de proteção a suas identidades e a seus intentos, os militantes não revelaram a seus vizinhos e parceiros de trabalho quem eram e o que pretendiam. Essa proximidade respondeu pela adesão de uns poucos ao projeto de resistência política, mas para a maioria o segredo só se desvela com a chegada dos militares e o imediato encarceramento. Ainda que desconhecendo as implicações da presença dos “paulistas”, nome que se estendia aos militantes comunistas reconhecidos como estranhos ao lugar, o povo da mata pagou pelo preço do não-saber.

Nessa direção, sobressai nas falas das camponesas que, na condição de vizinhos que cooperam para o sustento, poderiam no máximo ser consideradas como adjuvantes dos guerrilheiros no que diz respeito ao trabalho na terra, mas de forma alguma no que se relaciona à luta política. Estabelecem relações de amizade e parceria com o povo da mata, na medida em que essa gente cooperava com remédios, socorria as mulheres nos partos, sem poder suspeitar que se pudesse organizar ali uma forma de levante político que ameaçasse o poder central do país.

Nós abandonamos a terra, porque não tinha como. Nós perdemos tudo o que tinha lá. [...] Nunca mais conseguimos ter terra. Eu gosto de terra. [...] Fomos trabalhar nas fazendas dos outros. Nós não temos terra ainda. (Agenora)

A gente morava no mato e a gente ainda aguentou ficar nesse lugar sabe. Mas aí depois a perseguição foi tanta, eles mataram a criação da gente, tá entendendo? Eles queimaram o nosso legume e a nossa casa, eles queimaram tudo nosso, doutora. Minha mãe ficou com trauma, doutora, até morrer e, quando ela lembrava, ela chorava. [nesse momento a senhora Adelina se emociona e chora] Ali a gente ficou com meu pai doente, a minha mãe doente e eu doente... Eles chegavam, doutora, e entravam na casa da gente, assim, quebrando as coisas, pegando as coisas da

gente, levando e maltratando e batendo. O meu pai teve que fugir sozinho de lá para não morrer e deixando nós pra trás viu? Deixando a gente para trás. (Adelina)

Consideremos que algumas dessas mulheres eram então crianças, outras já eram mães, algumas das quais relatam ter sofrido aborto, prisões e até estupros. Ainda que pobres, tirando quase que exclusivamente da terra seu sustento (havia também pequenos comerciantes), as histórias partem de uma situação de estabilidade econômica garantida pela força do trabalho, de sujeitos em conjunção com a terra e harmonia familiar e que passam, abrupta e inesperadamente, à disjunção, tendo em vista a ruptura produzida pela chegada dos militares em 72 e o modo como passaram a considerar trabalhadores como inimigos do Estado.

Na fala de Agenora, vemos que os militares responderão não apenas pela produção da disjunção com a terra no momento dos confrontos, mas também pela continuidade desse estado de coisas, prolongando a situação disjuntiva, o que a leva a evidenciar o empobrecimento e a dependência gerada por trabalhar em terra alheia. Evidencia-se ali a continuidade do sentimento de falta, modalizada simultaneamente pelo querer e não poder ter: “Nunca mais conseguimos terra. Eu gosto da terra”.

Adelina recupera pela memória os momentos tensos do massacre e, em função disso, sua fala é entrecortada pelo choro, atualizando no momento da enunciação os sentidos relativos à situação de extrema disforia e desamparo. É de novo a menina que chora ao lembrar o choro da mãe; é ainda menina que foi deixada para trás pelo pai em fuga; é a que inesperadamente perde tudo.

Em termos semióticos, essa ruptura abrupta com um dado estado de coisas pode ser apreendida pela noção de acontecimento (ZILBERBERG, 2011; SILVA, 2016), uma vez que se inscreve sob a ótica do inesperado, do que não pode ser previsto, antecipado e,

ao mesmo tempo, por sua contundência, pelos efeitos que produz sobre os sujeitos drasticamente afetados. Para a compreensão do modo como os sujeitos foram então impactados, imaginemos a cena relatada por Dinair, então residente em Araguaianã:

Quando a gente viu o helicóptero voar por cima, ninguém conhecia o que era aquilo. A gente viu aquela zoadá e saiu pra fora e aquele trem feio lá passando por cima da gente. [...] Eles pousaram em Araguaianã e foram saindo procurando aqueles ramalzinho de estrada. E quando nós demos fé, mais ou menos umas cinco horas da tarde, *lá em casa ficou verde de policial do exército*. E o exército chegou lá e aí ficou lá. E já chegou procurando logo quantas pessoas moravam na casa e quem que estava para fora e quem que estava em casa. *Aí meu pai estava para roça. Aí já falou logo: “Onde é a roça?” E já foi logo dizendo e já foi logo buscar ele e já foram falando: “Ó, daqui de dentro de casa não é para sair ninguém. Porque o que for visto do lado de fora é para ser passado fogo”*. E o helicóptero ficava voando por cima, sabe? E como eles estavam procurando um pessoal, falaram que aqueles que fossem encontrados fora das casas é que era do lado do mal e então era para se varrido pelo fogo em cima [...] (Dinair)

A cena com helicópteros é retomada por várias mulheres, confirmando a excepcionalidade do evento, que a todos assustava, na medida em que, como diz Dinair, era algo totalmente desconhecido para a população local, um “trem feio”, fazendo “zoadá”, mais um elemento exótico a servir para intimidar a população rural, fazendo crianças esconderem-se debaixo das camas. A isso se une o contingente de militares, subitamente adentrando as cidades, arrebanhando grande parte dos homens para investigação, alguns dos quais jamais voltaram, nem sequer se teria notícia do que lhes aconteceu, como é o caso de Elza, que perdeu o pai, ou de Adelina, que perdeu o esposo, ou de Delzira, que perdeu o irmão.

A perspectiva do acontecimento se confirma ainda pelo relato de Aauto, que acompanha Dilma no depoimento, ao falar da sensação de desorientação provocada naquele momento, dada a incapacidade de dar sentido ao que lhes parecia absurdo:

Porque a gente estava passando por um momento que a gente não tinha nada a ver com o caso... Com o que estava acontecendo. Nós *estávamos* ali num setor muito calmo e de repente surgiu um caso desse inesperado, de repente, né? E pegou a gente de surpresa então todo mundo ficou... desorientado. Levou o ponto de sustentação que era nosso pai né? Os filhos se inspiram no pai, né? Que é o ponto de sustentação. (Aauto)

Tendo perdido praticamente tudo, como seguiram essas mulheres camponesas por esses quase 50 anos? Atribuem a si o papel de adjuvantes, ainda que tenham sido elas a sobreviver para narrar por sua persistência e protagonismo, por sua capacidade de organização e formas de solidariedade. Finalizo com um último relato, de Edna, que foi também presa ao assumir a amizade com os paulistas:

Eu tive uma filha, a primeira filha, que é a Aparecida e que adoeceu e a Dina foi quem cuidou pra mim. E eu acho que me prenderam por isso. Porque pegaram eles e aí foram dizer que a gente era companheiros, que pertencia a eles e eu digo não, era só amizade. Recebi como resposta do exército: “Mas por isso vai presa e presa com nome de terrorista!” (Edna)

Há um modo de ser e de viver que não se compreende por relações de ordem puramente pragmática, porque envolve vizinhança, parentalidade, solidariedade e parceria dos camponeses. Essa *lógica* os militares fizeram questão de ignorar, na sanha de punir, condenando a quase todos. Embora constrangidos a *não alimentar os militantes*, os

camponeses não poderiam recusar o apoio, mesmo quando se intensificou a caçada aos ditos terroristas. Essa insistência frente ao risco se dá em seu caso, porque, como narra Edna, foi Dina quem cuidou da filha doente. Porque, como relata Angelita, era com Rosa, Sônia e Cristina que se banhava nos igarapés. Porque, como diz Aurina, suas relações se pautavam pela amizade e reciprocidade:

O negócio é porque a gente ajudava o povo. A gente ajudava eles. Era a Cristina. A Sônia. Chegava lá em casa. A Fátima e a Rosinha. E a gente dava almoço. Dava janta. Ela me consultava. Disse que ia fazer o meu parto. Eu ficava muito feliz com aquilo, né? (Aurina)

Edna pagará com a prisão e estupro, sem saber se a filha que nasceria depois poderia ter a paternidade atribuída ao marido ou a um dos torturadores. De volta à casa, encontrará o companheiro consternado que, sem dizer propriamente sua vergonha, passa a tratá-la a distância. Edna relata ainda enfaticamente não ter se deixado intimidar, enfrentando os militares e recusando ser denominada por eles como terrorista:

Não sei o que é isso não. Se tiver terror, é vocês que são. A gente estava quietinho, vocês chegaram lá, desacatando. (Edna)

Mesmo sob ameaça e na condição de prisioneira, Edna resiste, ousa contrapor-se, produz um contradiscurso, com orgulho por assumir o que lhe parecia ser o lado certo da história. Recusa a designação de terrorista, devolvendo-a aos torturadores e estupradores. Seu relato traz o sofrimento das muitas perdas, como a do marido e da filha de paradeiro incerto pelo mundo, mas traz também a esperança de uma memória que não se quer deixar silenciar.

Considerações finais

Este trabalho é um primeiro exercício de análise dos relatos de 40 camponesas que sobreviveram à violência dos anos de chumbo e a sua continuidade nas décadas posteriores. Não por acaso, o Pará é um dos estados brasileiros com o maior número de mortos por confrontos relacionados à terra. Nesse campo de disputa pela terra, disputam-se também sentidos sobre o passado e a memória. Essas camponesas ainda buscam na justiça reparação por parte do Estado pelos danos sofridos durante a Guerrilha, mas, diante do atual quadro político, essa reparação fica cada vez mais distante.

O medo ainda determina muito silêncio sobre o passado recente de nossa região. A memória, porém, resiste, com toda a sua dor, interrompendo relatos, tornando vívidos os momentos mais tristes da vida dessas tantas mulheres. Nossa função é a de ecoar essas vozes, respeitando sua dor e sua coragem. Olhando para o passado, nosso desafio é principiar por escrever a partir de agora uma outra história, aquela que incluía de fato trabalhadores e trabalhadoras deste tão sofrido país.

No âmbito desse exercício, acreditamos ser mais potente assumir uma perspectiva interdisciplinar, ainda que sejam as categorias de análise da semiótica que organizem para nós, pesquisadoras, o modo de ler as narrativas e apreender os sentidos dessas enunciações ao mesmo tempo singulares e plurais.

Referências

- AMORIM, C. *Araguaia: histórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- COUTINHO DA SILVA, M. I. *Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política*. 374f. 2008. Tese (Doutorado) –

- Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.
- FIGUEIREDO, C. A. S.; REIS, N. V.; SILVA, L. H. O.; SOUSA, P. C. L. "Memórias da guerrilha do Araguaia: entrevista com José Genoíno Neto". *Escritas*: Revista do Curso de História, v. 12, n. 2, p. 274-318, 2020.
- GOLIN, C. *Mulheres de escritores*: subsídios para uma história privada da literatura. São Paulo: Annablume, 2002.
- GOENDER, J. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.
- KAMENSZAIN, T. *Fala, poesia*. Trad. Ariadne Costa, Ana Isabel Borges e Renato Rezende. Rio de Janeiro: Azougue, 2015.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MECHI, P. *Os protagonistas do Araguaia*: trajetórias, representações e práticas de camponeses militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.
- MORAIS, T.; SILVA, E. *Operação Araguaia*: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- NOSSA, L. *Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- PACHECO, Abílio. *Em despropósito* (Mixórdia). Belém: LiteraCidade, 2013.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 7. ed. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2017.
- PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- REINA, E. *Cativeiro sem fim*: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.
- SANTOS, J. S.; LUIZ, J. M.; SILVA, L. H. O.; FIGUEIREDO, C. A. S. "Crônicas do Araguaia: entrevista com o escritor e pesquisador Janailson Macêdo". *Revista EntreLetras* (Araguaína), v. 11, n. 1, p. 440-451, 2020.
- SCHMIDT, R. T. "Na literatura, mulheres que reescreveram a nação". In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: contexto de formação*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 65-79.

SCHMIDT, R. T. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SILVA, L. H. O. “Memórias da guerrilha: acontecimento e história”. In: MENDES, C. M.; LARA, G. M. P. (Org.). *Em torno do acontecimento: uma homenagem a Claude Zilberberg*. Curitiba: Appris, 2016. p. 141-162.

SILVA, L. H. O. “Narrativas do povo da noite: a literatura de testemunho em Pedro Tierra”. *Organon*, Porto Alegre, v. 35, n. 70, p. 1-20, 2020.

SILVA, L. H. O. “Narrativa de uma busca interminável: lacunas no sujeito e na história em romances de Milton Hatoum”. *Seminários de Semiótica da UNESP*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y0kUd9LxNd0&t=57s>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit, Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011(2006).